

A POLÍTICA CULTURAL DAS MULHERES INTEGRALISTAS ENTRE AS MULHERES POBRES E TRABALHADORAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

GISELDA BRITO SILVA

Professora Adjunta do Departamento de Letras e Ciências Humanas da UFRPE

Resumo: Este trabalho trata da atuação das mulheres integralistas no Estado de Pernambuco, nos anos 30 do século passado, e seu papel de manutenção e preservação dos valores morais e tradicionais, que definiam um lugar na família e na sociedade para a mulher. Conforme tentaremos mostrar, numa época em que algumas mulheres iam ao espaço público em busca de seus direitos e mais liberdade no campo de trabalho e participação social, as mulheres integralistas atuavam no campo político em defesa da permanência da mulher dentro do espaço doméstico, cuidando dos filhos, do marido e do lar. *Palavras Chave:* Mulher, Integralismo, Pernambuco.

Abstract: This article studies the activities of integralist women in the state of Pernambuco during the decade of 1930 and their role in maintaining and preserving the moral and traditional values which define their place both in the family and in society. We try to show that in a period when some women sought their rights and more freedom in the working place and social participation, integralist women were politically active in defending woman's domestic role such as caring for her children, husband and home. *Key-Words:* Women, Integralism, Pernambuco.

Na primeira metade do século XX, uma parte da sociedade tradicional brasileira viveu um clima de insegurança na manutenção dos valores morais e culturais, que definiam o lugar e o comportamento das mulheres no espaço doméstico. Esse clima de instabilidade foi, principalmente, alimentado pelo crescimento da presença da mulher no mundo do trabalho e pela participação de algumas mulheres nos movimentos de esquerda, que cresciam naquele período. A reação a essa situação se dá em vários lugares da sociedade: nos principais movimentos da Ação Católica; entre os intelectuais católicos; o Estado e alguns juristas passaram a legislar novos códigos de conduta para as mulheres em relação ao casamento e ao trabalho; médicos produziram novos saberes sobre o campo higienista e da sexualidade, visando a normatizar as mulheres e homens diante do novo cotidiano; e, dadas as características de sua formação discursiva em torno do lema “*Deus, Pátria e Família*”, também o movimento integralista não poderia deixar de se mobilizar em torno da questão, organizando não apenas discursos sobre os novos problemas que a família tradicional enfrentava, mas mobilizando as mulheres do movimento para atuar diretamente no processo de regulação das novas condutas femininas. Essas mulheres do movimento, as conhecidas “Blusas Verdes”, tinham por finalidade atuar em contato direto com as mulheres, especialmente as pobres e trabalhadoras, que passaram a ser objeto de “desvio” das condutas tidas como dignas para a mulher daquele período.

Neste trabalho, enfocaremos, então, as estratégias e a ação organizada dessas mulheres que fizeram parte da Ação Integralista Brasileira (AIB), tanto no campo da propaganda e divulgação da doutrina integralista, como também no campo da política cultural, através de atividades no campo da saúde, educação e assistencialismo junto às famílias pobres, numa declarada atitude de reação contra a participação das mulheres fora do lar. Nesse lugar de atuação, elas não apenas produziram materialidade de sentido ao discurso “*Deus, Pátria e Família*” – na medida em que, juntamente com o marido e filhos, defendiam a estrutura familiar como fatores fundamentais para a reconstrução da nacionalidade e religiosidade brasileira – como também alertavam e orientavam as mulheres contra as novas ideologias comunistas e liberais, que destruíam a dignidade da mulher honrada, legitimando os saberes que normatizavam a mulher nessa sociedade.

Entretanto, em nossa perspectiva, consideramos que não basta ver apenas os saberes jurídicos, médicos e legais regulando a conduta das mulheres, mas compreender como esses saberes disciplinadores foram instrumentalizados no cotidiano da ação política e cultural por outras mulheres, dando-nos, assim, alguma noção da diversidade de olhares possíveis que podem permear os estudos de gênero, nos quais o estudo da Política Cultural¹ pode dar grandes auxílios. Aqui, trataremos, basicamente, de mulheres pertencentes a um grupo sócio-político e cultural orientando e educando a conduta de outras mulheres pertencentes a outras esferas sociais e culturais, para fins políticos e doutrinadores, de acordo com os interesses da AIB. Entretanto, como procuraremos mostrar, essa ação das integralistas não se dá de forma isolada, mas no entremeio e nas beiradas da ação jurídica, estadual e médica. Segundo Martha Abreu, o contexto do começo do século XX é, principalmente, marcado pela ação legisladora e normatizadora das mulheres pobres e trabalhadoras pelos saberes médicos e higienistas, para controlar e corrigir os desvios e novos comportamentos sexuais que surgiam com essas mulheres ocupando crescentemente o espaço da rua e das fábricas, muitas das quais casadas e mães.²

Também pelos discursos integralistas, a mulher que ia ao espaço público para trabalhar fora de casa era considerada “mulher da rua”, termo pejorativo que definia a que estava sujeita à falta de moral e vergonha, a que não zelava pelo bem-estar da família e não educava os filhos, sendo, conseqüentemente, a responsável pela desorganização e desagregação da família e da sociedade. Além da atuação interna nos núcleos da AIB no campo discursivo e da propaganda cultural e política, as integralistas, numa declarada postura de oposição à luta das mulheres liberais e comunistas, iam ao espaço público para desconstruir os discursos de esquerda, através da educação das analfabetas, especialmente para o voto. Essas práticas se davam através de atividades assistencialistas, cívico-educativas, desfiles e comícios públicos, promovidos pelas líderes femininas do movimento.

E, em sendo elas mesmas uma produção sócio-cultural das famílias tradicionais e católicas da época, é compreensível que tais mulheres defendessem que sobre a mulher pesava uma grande responsabilidade pela manutenção e preservação da estrutura familiar e dos valores morais

da época, sendo a conduta da mulher motivo de preocupação de tais integralistas. Na perspectiva doutrinária da AIB, a participação da mulher nas fábricas como operárias era a principal causa da degradação da família, porque tirava a mulher de suas verdadeiras responsabilidades: o cuidado com os filhos, o lar e a família, afetando, desta forma, a própria estrutura da sociedade brasileira. Além disso, e mais grave ainda, era o fato de que tais mulheres ficavam expostas aos instintos sexuais de outros homens que não seus maridos. Os enunciados dos discursos dessas líderes identificavam a ação feminista e marxista como os principais fomentadores dessas situações. Evocando o espírito nacionalista e patriótico de tais mulheres, as integralistas clamavam:

Patrícias: não será o feminismo quixotesco; operárias não será a torpe filosófica de Marx; mocidade gosadora que estiola e que fornece epicurismo grosseiro, não serão os partidos políticos da liberal democracia, nenhuma destas instituições personalistas, anarquistas, centralisadoras armadas, revoluções sem Deus, sem Patria, sem Família que formarão a nação integral que aspiramos. O comunismo é sistema sem Deus, sem Patria, sem Família, representando unicamente a inveja, o egoísmo de uma classe, materialismo dos capitalistas. Foi a liberal democracia que transformou a massa operaria em maquinismo de produção.³

É importante considerar que a participação da mulher pobre no trabalho fora do lar era profundamente complicada neste período. Se, de um lado, estas mulheres compreendiam o chamado patriótico e familiar das integralistas, visto que foram educadas numa sociedade que as orientava para cuidar do marido e dos filhos, por outro lado, elas eram obrigadas a trabalhar nas fábricas para o sustento da família, especialmente nos momentos de desemprego dos maridos. Sendo obrigadas a ocupar esse novo espaço das fábricas, sabiam que acabariam vítimas de falatórios e suas honras questionadas. Margareth Rago aborda a situação precária da mulher que precisa trabalhar fora de casa para ajudar no sustento da família e, ao mesmo tempo, lidar com sua formação e valores que a educaram para se dedicar ao lar e à família:

O que salta aos olhos é a associação freqüente entre a mulher no trabalho e a questão da moralidade social. No discurso de diversos setores sociais, destaca-se a ameaça à honra feminina representada pelo mundo do trabalho. Nas denúncias dos operários militantes, dos médicos higienistas, dos juristas, dos jornalistas, das feministas, a fábrica é descrita como 'antro da perdição, bordel ou lupanar', enquanto a trabalhadora é vista como uma figura totalmente passiva e indefesa... O Jornal operário A Razão, em 29 de julho de 1919, por exemplo, repetia argumentos típicos do discurso médico: o papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes conseqüências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar.⁴

A culpabilidade por estar fora do lar pesava sobre essa mulher que passava o dia nas fábricas e no trabalho, preocupada com a família. A ação do Estado getulista foi outro campo de ação regulador dos novos papéis dessa mulher. Encontram-se na legislação trabalhista daquele período, algumas referências ao papel importante da mulher dentro da estrutura familiar, sendo esta enquadrada na sua responsabilidade de mãe e trabalhadora doméstica não paga e trabalhadora subsidiária. Segundo os regulamentos legais, a mulher era considerada profissionalmente incapaz e improdutiva fora do lar, devendo neste último assumir sua condição de total dependência do marido. Pelo Decreto nº. 21.417 de 1932, o Estado determinou que a mulher casada tomasse o sobrenome do marido e todas as suas ações deveriam ser controladas pelo mesmo. Além disso, à mulher era vetada a possibilidade de ser curadora ou tutora, aceitar ou repudiar herança, litigar em juízo, dispor de propriedade, aceitar encargo ou mandato, abrir conta na Caixa Econômica e trabalhar fora dos domínios do lar, sem a autorização do marido.⁵ Em outras palavras, o uso da força de trabalho feminina era regulado pelo poder do marido. Pela nossa ótica atual, pode-se dizer que

a mulher era propriedade do marido, submetendo-se aos seus interesses. A legislação trabalhista feminina daquele período, sem dúvida, restringiu o acesso das mulheres às atividades assalariadas e obstaculizou o avanço das mulheres no mundo do trabalho, com conseqüências até nossos dias.

Em 1941, o controle da mulher dentro de casa e as restrições ao seu acesso ao trabalho fora do lar foram reforçados pelo Decreto-lei de n.º 3.200, através do qual o governo criou uma série de mecanismos incentivadores do casamento e normatizadores da mulher dentro do espaço do lar. Além de medidas voltadas para a preservação da família, através de incentivos matrimoniais, maternos e familiares, há uma referência ao papel da mulher nesta estrutura familiar. Especialmente no artigo 14, onde estava previsto que: “O Estado adotará medidas que possibilitem a progressiva restrição da admissão de mulheres nos empregos públicos e privados. Não podendo a mulher ser admitida senão aos empregos próprios de mulheres e dentro dos limites da conveniência da família”.⁶

É interessante lembrar aqui que o apelo à maternidade sempre foi um dos mecanismos utilizados para despertar o senso de responsabilidade na mulher. Segundo Mary Del Priore, ao analisar o processo de dominação da mulher nos séculos XVI e XVIII, no período já se percebe a construção discursiva de um lugar para a mulher pelo sentimento de maternidade.⁷ Segundo a autora, a Igreja e o Estado caracterizam-se como as instituições que mais normatizam a maternidade, o parto, o corpo e os comportamentos da mulher. Pelos discursos católicos, a mulher era apresentada como uma figura que ameaçava o instituído, por representar o pecado e facilitar os processos de doenças.

Procurando quebrar essa imagem destruidora de almas, temos Jules Michelet, no século XIX, tentando desconstruir a imagem de pecadora na qual a mulher era vista, através de novos discursos que legavam à mulher um importante papel na formação da família. Em contraposição à idéia da mulher como ser improdutivo e maligno, definido pela Igreja como um mal feminino, Michelet propunha um olhar para uma mulher produtiva, responsável pela criação humana. Numa época em que a mulher era apontada como a causadora de todos os males, em que a Igreja censurava-lhe a feminilidade e a apontava como um desvio da

natureza, Michelet transforma a mulher num ser essencial para a reprodução do indivíduo e da sociedade, exaltando sua importância para a paz e ordem social.

Neste lugar de análise, ele propõe uma mudança cultural em que se pese a importância da mulher que, segundo ele, educa os filhos, forma o marido e suas relações com estes formando o espelho da sociedade. Além disso, Michelet luta contra a crise do casamento, um mal da época; contra a dissolução da família e aponta a mulher que trabalha fora, o homem que tem medo de casar, a mulher dispendiosa (denominada pelo historiador como “monstro apaixonado por si mesmo”), a mulher rica, a mulher fácil (que se entrega sem o casamento), a operária e a camponesa como sendo os principais causadores desta crise.⁸ Como se pode perceber, é essa mentalidade que ainda subsistirá no começo do século XX entre as classes tradicionais de nossa sociedade.

Nos anos 30, a reordenação das mulheres nesse papel natural de mãe e esposa foi largamente construída pelo saber médico, através das novas profilaxias no campo da higienização e atividades sexuais. Essa reordenação vinha principalmente pelo campo da medicina preventiva, no qual se reproduziam discursos que expressavam a preocupação da sociedade com as atividades sexuais. Os médicos sanitaristas e moralistas da época passavam a determinar a casa, o lar, como o lugar da mulher; e a maternidade como prática por excelência feminina da “mulher de família” e, segundo os preceitos da época, da mulher bem educada. Os discursos desses grupos, pelos quais se definia a mulher ideal, centravam-se na magnificência da condição de mãe e esposa, incitando as mulheres a sentirem-se valorizadas no âmbito familiar, sob a tutela de um marido.

Segundo Martha Abreu,⁹ na sociedade que transita do século XIX para o século XX, a família foi pensada como núcleo da sociedade civil, responsável pelo próprio equilíbrio e segurança do Estado, através da qual se transmitiam todos os valores culturais e sociais que garantiam a manutenção da ordem da sociedade. Nesse contexto, a autora analisa a situação instável da mulher pobre e trabalhadora, que tinha que lidar com os discursos médicos normatizadores, com a ética familiar e a moral da época, principalmente no campo da sexualidade, tema de preocupação das mulheres integralistas em suas atividades assistencialista e educativa.

Da mesma forma, Cláudia Fonseca avalia a situação da mulher pobre como a mais atingida diante do confronto entre a moral da época e a posição social e econômica das mulheres sem recursos. Entre estas, o temor de sofrer o pejo de “*mulher pública*” acompanhava as que precisavam trabalhar fora de casa. Há, segundo a autora, casos de mulheres que, chegando a ser mal-faladas por sua condição de trabalhadoras, não puderam nem se defender, sendo seus maridos intimados para explicar o porquê de suas mulheres trabalharem em fábricas. Elas foram obrigadas a chamar operários que trabalhavam na mesma fábrica para atestarem a dignidade de seus comportamentos. Sendo as mulheres dedicadas às tarefas domésticas, menos propícias a tais problemas. De modo geral, a norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, ocupando-se de afazeres domésticos, enquanto aos homens ficava a responsabilidade do sustento da família.¹⁰ Ainda segundo a autora, estes valores foram sedimentados desde o período colonial entre as elites, onde à mulher era reservado o lugar de “eterna mãe”. O que vai servir também para reproduzir a diferenciação social entre a mulher rica e a pobre.

Para as mulheres integralistas, provenientes das classes média e tradicional, era preciso retirar essas mulheres do mundo do trabalho. Em seus discursos, especialmente durante os comícios dedicados à operária, elas expressavam grande pesar pelos males que podiam se abater sobre aquelas, destacando os poucos ganhos em relação às grandes perdas para a estrutura familiar:

Confrange o coração de qualquer pessoa interessada na melhoria de vida das classes trabalhadoras examinar o estado de abandono material e moral da nossa mulher operária de Pernambuco. Sujeita ao mesmo regime de trabalho que vigora para o homem. Ela em geral percebe salários inferiores aos que são pagos àquele, se bem que a Constituição Federal e as leis ordinárias hajam estabelecido o princípio de salário igual para trabalho igual. Independente de sexo, idade ou nacionalidade. Se a gente considera a situação das operárias que trabalham no centro da cidade, facilmente conclui que ela é precaríssima, porque além do mais, essas trabalhadoras se escravizam à vaidade pessoal. E

gastam os seus pequenos salários em objetos de moda, comprando ao judeu da prestação que lhes suga o último vintém e ainda lhes enche a pobre imaginação de utopias "vermelhas". Se a gente olha para as operárias das indústrias têxteis, nos arrabaldes, fica espantada com a miséria das suas roupas e a pobreza de sua alimentação, adquirida à porta da fábrica sem a menor idéia de higiene.

E, tudo isso é muito pouco se a gente medita no problema moral e pensa na desorientação que existe entre as mulheres que trabalham. Sem assistência religiosa e sem o menor grau de instrução, as nossas operárias vivem expostas a toda espécie de perigo, que lhes ameaça a própria dignidade. A promiscuidade no local de trabalho e os continuados encontros na saída, tudo concorre para esse ambiente de perigo que cerca a mulher trabalhadora. Talvez que a organização de sindicatos femininos viesse de algum modo, melhorar a situação da mulher operária pernambucana, principalmente se no sindicato interferissem entidades espirituais, que lhes imprimissem uma orientação cristã.¹¹

Dentro da compreensão dessas integralistas, determinados temas, objetos de luta de feministas, tais como a emancipação da mulher, não faziam sentido. Pois, estas eram situações vistas como negativas e desvantajosas para as mulheres. Sendo esse campo de luta reservado aos homens, que tinham o direito de luta, inclusive pelo bem-estar da mulher:

É mister, pois, transferir-se ao homem como o cabeça do casal, aquele direito de propriedade que demonstramos ter a natureza dado a cada qual em particular. Ainda mais: este direito é tanto maior quanto e mais forte quanto maiores fôrem as causas que abarque na sociedade doméstica a pessoa do homem.¹²

E mais:

Ao homem integralista cabia então o dever de defender, alimentar e, com toda a especie de cuidados, atender aos filhos que gerou, e da mesma natureza se deduz que o pai deve querer adquirir e preparar para os filhos, que de certo modo reproduzem e perpetuam à sua pessoa.¹³

A fragilidade da mulher é destacada no “Manifesto de Outubro de 1932”, onde foi considerada como uma criança, daí precisar da proteção do homem: “...é iníquo querer exigir duma criança ou de uma mulher aquilo que pode tentar ou fazer um homem adulto.” As crianças integralistas são inclusive proibidas de trabalhar, sendo suas obrigações apenas estudar e obedecer aos pais. Para o integralismo, elas não possuíam o fortalecimento do corpo, nem da alma para ingressarem no campo de trabalho. Do mesmo modo a mulher, que, por possuir constituição física frágil e delicada, deveria ser poupada do campo de trabalho.¹⁴

Produzindo materialidade de sentido aos discursos integralistas, as mulheres atuavam no campo da medicina preventiva e assistencialista, aprofundando o debate dos médicos e sanitaristas do período. Através de suas atividades na Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (S.N.A.F.P.), elas desenvolviam atividades públicas ligadas à medicina preventiva contra doenças sexualmente transmissíveis e outras. A principal tarefa dessas mulheres nos Núcleos era orientar as mulheres pobres sobre a higiene e saúde do corpo e os cuidados com os filhos. Outra preocupação era com a prevenção contra a disseminação das duas principais doenças de morte do período: a tuberculose e o câncer, apontados como as mais perigosas:

Os Dispensários devem ser geraes ou especiais, para nós é mais conveniente que sejam geraes, isto é, compreendendo serviço de clinica medica, serviço de pré-natal, pequena cirurgia, pediatria e prophylaxia de doenças transmissíveis, sendo este importantíssimo, não só na sua acção curativa, como pela educação do povo, ensinando-se-lhe comprehender que, moléstias d'antes consideradas como incuráveis, taes como a tuberculose, o câncer, etc, são curáveis, quando tratadas em tempo e não

*devem ser motivo para desespero, ao contrário, devem ser atacadas o mais cedo possível e com a máxima energia.*¹⁵

Segundo Brasília Carlos Ferreira, em 1930, morriam de tuberculose 27,9 pessoas por grupo de 1.000 habitantes, especialmente entre a população mais pobre. Essa era considerada a “doença da nutrição”.¹⁶ Este quadro favorecia um contexto propício à atuação das mulheres integralistas nesses serviços de medicina preventiva, levando o integralismo a ocupar uma posição benéficiente de destaque dentro da sociedade.

Nesse campo particular, as integralistas tiveram um papel social importante na educação e orientação de mulheres pobres gestantes. Conforme vimos na citação acima, elas orientavam sobre a importância do diagnóstico precoce e dos cuidados com a alimentação para a saúde da mulher e da criança, no caso das grávidas. A amamentação também era bem orientada por estas mulheres. De modo geral, a maternidade recebia dentro do movimento uma atenção muito especial, visto que representava o lugar da evolução e preservação da família. Havia uma atenção especial para a fase do pré-natal, quando orientavam não apenas sobre a alimentação, mas principalmente sobre os cuidados de se evitar as doenças sexualmente transmissíveis. A rua era sempre indicada como o espaço inóspito e perigoso para a futura mãe e senhoras; como o espaço em que circulavam tais doenças, ameaçando não apenas a vida da mãe, mas, e principalmente, a da criança, que poderia ficar marcada para toda a vida.

É interessante notar que, nessas atividades, tais mulheres reforçavam as noções espaço da casa e da rua. O primeiro, como lugar de segurança e o segundo, de fragilidade da família. O espaço da casa era visto como um lugar de proteção, honra e prestígio, próprio de mulheres respeitadas e casadas; o espaço da rua pertencia às que não tinham nenhuma dignidade e vergonha. O que se percebe é que, em tais discursos, não se consideravam a situação da mulher pobre e trabalhadora, nem a situação de desemprego na época, nem as necessidades de mais liberdade para outras mulheres. O que se via era a conseqüente ameaça à estrutura da família em torno destas questões.

Tais idéias estão ainda hoje presentes nas narrativas de nossas entrevistadas. Dona Lenira, por exemplo, defende que toda a situação de desequilíbrio da família hoje se deve ao fato de a mulher estar no mundo do trabalho. Segundo ela, a culpa é do marido que permite que a mulher vá trabalhar. Sobre esse particular, ela lembra os casos em que algumas mulheres trabalham juntamente com o marido, deixando os filhos sem a educação devida. Perguntamos se as mulheres se sentiam limitadas ao espaço doméstico e se a condição de dependentes do marido não as incomodava. A própria noção do conceito de “limitada” não foi bem entendida:

Limitadas, como? por serem dependentes em todos os sentidos. Não, a gente não pensava isso. A gente se sentia protegida pelo marido e isso bastava. Havia muito respeito. Cuidar da casa e dos filhos era o que a gente queria, a gente era feliz...eu respeitava meu marido e ele me respeitava. A mulher hoje trabalha muito mais, dentro e fora de casa e não cuida bem da família porque não tem tempo; nem cuida do marido, nem dos filhos que não recebem mais uma boa educação como no nosso tempo...hoje o casamento não existe e tem muito desrespeito da mulher com o marido. Há até casos de mulher que enfrenta o marido e de filho que enfrenta os pais...eu nunca vi disso naquele tempo, nunca vi mamãe gritando com papai e eu nunca gritei com meu marido...isso a gente não fazia... e o casamento durava até a morte de um dos dois.¹⁷

A partir desta fala e de outras, acerca da constituição da família da década de 30 e o papel da mulher neste período, entendemos que é preciso compreender que, o que para nós hoje é entendido como um processo de dominação e mesmo normalização sobre a mulher, não o era para as mulheres integralistas e tradicionais daquela época. Elas não se percebiam como manipuladas ou excluídas socialmente, muito menos dominadas ou exploradas pelo marido. Especialmente as educadas para o lar e para o casamento. Elas entendiam tais atitudes como um zelo e proteção para a mulher, como algo bom e positivo: “feliz as que tinham um marido e

uma família para cuidar delas. Era o que todas nós queríamos”.¹⁸ Elas acreditavam que esse era um tratamento reservado a mulheres de sorte, que, através desse tratamento, apresentavam-se como dignas, educadas e respeitáveis. Qualquer outro tipo de tratamento era reservado às mulheres da rua, sem moral, sem vergonha ou respeitabilidade.

A essa conduta, que hoje pode ser identificada como subserviente e dependente, correspondia um sentido de honra e dignidade pelos valores pertencentes às famílias tradicionais dos anos 30. Daí, a ausência de reivindicações entre tais mulheres. É importante lembrar que tais reivindicações vão ter um peso maior entre as mulheres após os anos 60, com o crescimento do movimento feminino e sindical e, mesmo assim, para um grupo de mulheres. No contexto dos anos 30, ser esposa e mãe dedicada eram os valores que muitas mulheres perseguiam, não apenas as da elite conservadora.

Lembramos, mais uma vez, que essa noção de lugares da casa e da rua não era homogênea para todas as mulheres, havendo nessa sociedade um grupo de mulheres que se posicionavam em lugares contrário ao das integralistas, em declarada luta pela emancipação. Lélia Abramo, por exemplo, nos conta de um outro lugar para mulheres, nesse período, em suas memórias registradas por Alipio Freire e Eugênio Bucci,¹⁹ especialmente sobre a participação de mulheres ativistas nos movimentos de esquerda, como atitudes de luta e coragem, nos quais algumas mulheres também atuavam. Em suas narrativas, temos ainda um outro olhar sobre as mulheres integralistas, como mulheres que pertenciam a um outro lugar. Segundo sua narrativa, eram mulheres frágeis e manipuladas, usadas pelos integralistas como escudo em suas atividades públicas:

Lélia, na década de 1930, você pertenceu à Liga Comunista Internacionalista, liderada por Mário Pedrosa. Era uma organização trotskista, pois não? É, bolchevique e leninista. Eu e vários outros militávamos, mas não éramos elementos filiados à organização. A organização só filiava após um período de militância, depois de você provar que realmente tinha decidido lutar contra o Estado capitalista, dando provas dessa postura ideológica

e política na prática. E isso você só pode demonstrar na ação, você não pode demonstrar em palavras. Naquele tempo não era bem como hoje, quando as coisas são muito mais diluídas.

Parece que no dia 7 de outubro de 1934, no dia da Frente Única Antifascista, quando militantes socialistas, anarquistas, comunistas e trotskistas colocaram 6 mil integralistas para correr, numa batalha campal na praça da Sé, você foi uma das que transportou as armas...

Eu não. A mim entregaram uma arma, mas não fui eu quem carregou. Foi uma coisa tão terrível, tão impressionante, que certos detalhes eu nem percebi direito. Na noite anterior, houve uma reunião entre a cúpula do Partido Comunista, os anarquistas, os socialistas e a organização trotskista. Eu estava no Sindicato dos Comerciantes, ali na praça da Sé, de cuja direção participava, mas não sabia da reunião. Na frente tinha o Sindicato dos Bancários. Muitas vezes eu ficava aqui na assembléia dos comerciantes, descia a escada, atravessava a rua, e ia lá. Porque eu também trabalhei em um banco. Então eu era bancária e comerciante. Nós éramos elementos de base, não estávamos a par dos movimentos das cúpulas. Nós só recebíamos ordens. Naquele tempo era muito diferente de hoje. Havia um escalonamento hierárquico, que era necessário, pois a perseguição era feroz, e se os partidos clandestinos não tivessem a organização férrea, teriam sido dizimados, como nos anos 60 e 70, em que ocorreu uma mortandade. Os grandes líderes morreram assassinados da maneira mais bárbara e, sobretudo, da maneira mais lamentável possível, porque deveriam ter sido resguardados. O chefe você não expõe. Isso é contra a teoria da luta clandestina. Bem, mas nessa noite anterior...

Só uma coisa: você está dizendo que o chefe não se expõe. Mas naquela época os chefes da organização trotskista eram o Fúlvio e o Mário Pedrosa, que se expuseram escandalosamente.

Sim, mas estes eram obrigados. Eles eram os elementos atuantes.

Mário Pedrosa até foi ferido...

*Foi. Recebeu um tiro. Mas, nessa noite anterior, nós recebemos a ordem, cada um da sua respectiva organização e depois da Frente Antifascista: estar no dia seguinte, às tantas horas, na praça. E recebemos as ordens daqueles que organizavam a distribuição dos elementos, porque cada partido distribuíra seus filiados em determinadas zonas nas proximidades da praça da Sé. Aquelas ruas adjacentes à praça, todas elas eram ocupadas por membros dos vários partidos. Eram artistas, comunistas, trotskistas, socialistas, anarquistas... Eu estava com meus colegas trotskistas, bem perto da escadaria da catedral, onde estavam concentrados os integralistas. E nossos dirigentes disseram: "Quando vocês receberem ordens, atirem". É claro que não eram militares que estavam dirigindo a ofensiva [risos], eram militantes comunistas. Não sei se entendiam de estratégia de guerra, mas havia um esboço de estratégia. Eu sei que a ordem era deixar passar as crianças, aqueles menininhos todos fardados. **Os integralistas fizeram de propósito, levaram as crianças e as mulheres fardadas.** E a ordem era deixar passar as crianças, as mulheres e depois avançar. E foi isso que nós fizemos. Foi terrível, foi um tiroteio feio, pois alguns reagiram. A cavalaria estava ali. Não sei que partido eles tomaram, isso não ficou bem claro, sei que tinha muita fumaça, muita correria, muito grito. Os tiros passaram por cima da gente. (O grifo é nosso).*

Já entre nossas entrevistadas, bem como entre os documentos produzidos pela AIB, pelos jornais católicos e outros da época, não localizamos nenhuma forma de reação ou insatisfação das integralistas em relação ao lugar que deveriam ocupar no movimento e na família. Sendo, declaradamente para elas, lugares de grande prestígio e dignidade; motivo de orgulho e honra pertencer a uma estrutura burocrática e hierárquica do tipo da AIB, como veremos adiante.

Essa forma de sentir seu lugar, não apenas no campo da família, mas também dentro do movimento integralista, pode ser mais bem compreendida a partir do conhecimento da estrutura interna e burocrática da AIB, na qual a mulher se sentia parte de “algo grandioso e bem organizado”, conforme palavras usadas pelas mesmas tanto nos documentos escritos, como orais. Mesmo num lugar de subordinação, dentro do movimento, as mulheres integralistas usavam fardas, insígnias e ocupavam lugares de importância no movimento; participavam das passeatas e desfiles, das reuniões e comícios públicos; atuavam como bandeirantes nas Caravanas (na conquista de novos adeptos nas cidades do interior do Estado e outras cidades do Brasil); e elaboravam e proferiam discursos públicos. As atividades internas no campo da educação, saúde e assistencialismo eram ainda completadas por atividades de cadastramento eleitoral, solenidades e festividades de aberturas de núcleos.

Nestas atividades, elas eram organizadas em Secretarias e Departamentos Femininos, com funções específicas e consideradas de grande importância para mulheres que passaram a ser educadas para zelar pela família e pela pátria. Dos Departamentos, os mais importantes eram: Departamento Nacional Feminino (com poder ao nível nacional); Departamento Provincial Feminino (o nível de Estado); Departamento Municipal Feminino (Município); Departamento Districtal Feminino (nos Distritos). Cada um desses departamentos possuía uma chefia nomeada pela Secretaria de Arregimentação Feminina e da Juventude (ao nível nacional), que atou até 1936, quando então passou a ser a Secretaria de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. À Chefe dos Departamentos, nos seus vários níveis espaciais (nacional, provincial, municipal e distrital), cabia a nomeação das chefias de Divisão e demais auxiliares determinadas de cima para baixo pela Secretaria Nacional, Providencial

e Distrital. Às Chefias dos Departamentos Nacional e Provincial competia ainda designar 10 companheiras que deveriam acompanhá-las onde fossem enviadas, chamadas de Secretárias Integralistas. O Departamento Nacional Feminino compreendia cinco divisões: de expediente; cultura física, educação; estudos; e ação social.

A Divisão de Expediente tinha como principal finalidade manter um fichário com prontuários completos de todas as integralistas inscritas no movimento, nos quais eram registrados todas as suas atitudes e comportamentos, no espaço público e do lar, além da definição de suas principais obrigações e deveres. De acordo com a filosofia do movimento, esse fichário era responsável por manter a interlocução e integração de todos os núcleos integralistas fundados e em atividades do País. Havia um modelo definido pelos documentos para as atividades femininas dentro do movimento, comum a várias partes do Brasil. De Norte a Sul sabia-se o que Plínio Salgado e os demais líderes do movimento queriam da ala das mulheres. Para manter essa orientação e interlocução diária de todas as atividades, a AIB mantinha um arquivo central organizado por departamentos, secretarias e divisões nos núcleos, contendo documentos e correspondências provenientes de todas as partes do Brasil, nos quais se definiam as atividades e comportamentos esperados para as mulheres do movimento. Desta forma, o trabalho e as atividades das mulheres integralistas eram monitorados e orientados pelos líderes e homens do movimento.

A Divisão de Cultura Physica estava encarregada de orientar atividades de ginásticas “*apropriadas para o sexo feminino*”. Segundo as normas desta divisão, era expressamente proibido à mulher integralista fazer parte de competições esportivas que não fossem adequadas para a sua “*complexão*”. Além de deformar o corpo, essas atividades colocavam a mulher em risco e exposição vergonhosa para seu papel de mãe sublime e delicada. Além de zelar pelo corpo, a divisão também tinha a finalidade de orientar na alfabetização, enfermagem, puericultura, datilografia, culinária, corte e costura, boas-maneiras, contabilidade caseira e economia doméstica.

Já a Divisão de Ação Social era a que tinha contato direto com a sociedade brasileira. Através dela, as mulheres integralistas atuavam como lactares, bandeirantes e dispensários (onde funcionavam os

ambulatórios médicos).²⁰ Segundo as normas da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e da Juventude (S.N.A.F.P.), toda mulher integralista deveria executar uma função social e familiar, podendo escolher entre as atividades apresentadas acima, devendo, ainda, receber as devidas instruções para executá-las. Estas orientações eram fornecidas pelas responsáveis pelos respectivos departamentos, que, por sua vez, obedeciam ao Departamento Feminino Nacional. A Doutrina que regia este departamento era: *“criar uma consciência Feminina no Brasil, de acordo com os princípios da doutrina integralista, e uma atividade feminina ordenada, em todos os campos de ação que lhe são próprios, despertando e habilitando assim a Mulher Brasileira para o cumprimento de sua missão na Família e na Pátria”*.²¹

Nos núcleos integralistas de Pernambuco, espalhados pela capital e pelo interior do Estado, os departamentos femininos eram os responsáveis diretos pela execução das atividades de propaganda das idéias e doutrina do movimento entre as mulheres, especialmente as pobres e trabalhadoras, que podiam ficar à mercê dos sindicatos e esquerdistas. Segundo os documentos apreendidos por investigadores da DOPS/PE de diversos núcleos da AIB/PE (Ação Integralista Brasileira em Pernambuco), a lista de mulheres inscritas logo após a inauguração dos departamentos femininos era considerável, mostrando grande adesão de mulheres ao movimento integralista e às suas idéias acerca de seu papel na sociedade. Como já dissemos, também devemos levar em consideração a estrutura familiar, que definia o papel e lugar das mulheres, visto que quando os homens da família eram integralistas, também as mulheres eram filiadas ou participavam de alguma forma, mas sob sua orientação.

Segundo Dona Zita, uma de nossas entrevistadas, toda essa organização e aparência militar do movimento causava grande impressão nas mulheres, especialmente entre as famílias tradicionais, caracterizando-se como um movimento de cunho profundamente familiar e patriótico. Mas, segundo a mesma, havia as que ingressavam nas fileiras integralistas somente porque o pai, o marido ou os irmãos eram; porque, segundo D. Zita, se a família era: *“elas tinham que ser integralista, mesmo que não entendessem política”*.²²

Se por um lado, tais informações nos levam a crer que a participação das mulheres no movimento integralista poderia ser uma imposição dos

homens que sobre elas possuíam algum direito, o fato é que a participação destas mulheres num movimento do porte do integralismo, num contexto de ascensão de movimento parecidos, produzia certo poder de atração sobre mulheres, que passaram a se sentir importantes num movimento que lutava por “Deus, Pátria e Família” em grandiosos desfiles públicos. Não podemos esquecer que essa mulher não ia ao espaço público sozinha; ela atuava no movimento ao lado do pai, marido, irmãos, filhos e outros homens da família. A família ia à rua em atividades cívicas. Isso causava um grande diferencial para mulheres que, em sua maioria, era proveniente de famílias tradicionais.

Em Pernambuco, esta estrutura hierárquica da família foi um dos principais motores de propaganda do integralismo. Os documentos apontam que, logo após algumas solenidades do movimento, ocorriam muitas adesões de mulheres que se inscreviam por ver no movimento um lugar de atuação de toda a família. Já os documentos iconográficos mostram que as mulheres, além das atividades de educação, serviço social de orientação familiar e outras atividades comunitárias como creches e hospitais (onde atuavam em medicina preventiva e educacional da mulher casada), eram muito utilizadas pelo movimento nos desfiles e comícios públicos.²³

As atividades cívicas e públicas das quais participavam as mulheres ocorriam também nas cidades do interior do Estado de Pernambuco. Entretanto, de acordo com as fontes arquivadas pelo DOPS/PE, havia mais atividades nas cidades de Recife e Olinda. Nestas cidades, as mulheres que assistiam aos comícios logo ficavam entusiasmadas em participar. A atração das mulheres pelos comícios integralistas se dava, principalmente, pela participação nesses comícios de mulheres que se destacavam como oradoras do movimento. Bernadete Mesquista era uma dessas oradoras que sempre conseguia novas adeptas para a AIB. Seu nome era mencionado, freqüentemente, nas atividades de propaganda do integralismo e circulava pelos principais jornais do Recife. Letícia Ferreira Lima, da Ação Integralista Brasileira do Ceará, é outra “blusa verde” muito citada nos documentos. Segundo as fontes, ela vinha com freqüência a Pernambuco em caravanas de propaganda das idéias integralistas, na maioria das vezes acompanhada do Pe. Helder Câmara.

Um dos grandes comícios com a presença dessas mulheres de destaque do movimento ocorreu no bairro da Torre, em 30 de setembro

de 1934, quando Letícia Ferreira Lima e Bernadete Mesquita, depois de terem discursado ao lado do Pe. Helder Câmara, foram apresentadas ao público como “*destacados elementos do Nucleo Feminino da Ação Integralista Brasileira*”. Dessa atuação feminina, os jornais integralistas logo divulgavam o sucesso das mulheres no movimento, prevendo novas conquistas:

*o comício decorreu num ambiente de serenidade absoluta, sendo vibrantemente aplaudidos todos os oradores, que se reportaram com brilhantismo à doutrina integralista. Em Olinda por estes dias será inaugurado um nucleo integralista, havendo grande entusiasmo neste sentido, sobretudo da parte de inumeros elementos femininos daquela cidade.*²⁴

Em 18 de setembro deste mesmo ano, Anita Pires, professora e ativista integralista desta cidade, também se projeta como figura importante da AIB/PE. Depois de muitas atividades reconhecidas, ela foi indicada como Secretária Geral do Departamento Provincial Feminino da AIB/PE, na época instalada na Rua Barão de São Borja, nº. 98 - Boa Vista. Segundo artigos publicados em jornais de propaganda integralista, especialmente *A Ação* (quinzenário integralista), logo nos primeiros meses de inauguração dos departamentos femininos de vários núcleos de Pernambuco, e depois dos discursos e participação destas mulheres, o número de mulheres inscritas crescia muito após os comícios dessas oradoras da AIB.

Isso nos leva a crer que a presença das mulheres nos comícios e desfiles era uma estratégia dos líderes do movimento para aumentar o número de adeptos, especialmente entre as mulheres ainda não “convertidas”. Entretanto, não podemos esquecer que o principal contato de conversão de outras mulheres ao movimento se dava, principalmente, pelas atividades de educação e assistência social junto às mulheres pobres e trabalhadoras não cooptadas pelas esquerdas.

O movimento era grande nos centros beneficentes, ambulatórios, escolas e núcleos comunitários integralistas, onde funcionavam os departamentos de arregimentação e formação do comportamento e letramento das mulheres. Além de doutrinar e educar as mulheres para a preservação dos valores morais e católicos, as integralistas também instruíam as mulheres acerca do tipo de educação conveniente para as

crianças, como manter o lar, o casamento e a apoiar o marido de forma obediente. Dentro dos parâmetros dessa educação, o espaço público era um lugar que deveria ser evitado, pois dele provinham todos os males para a família; as doenças e perigo de toda sorte que a mulher pudesse ser vítima, especialmente contra sua honra:

*As “blusas verdes” de Pernambuco, sob a orientação dos departamentos, tem grande atuação nos centros sociais educativos da saúde preventiva. A rua é o lugar onde proliferam doenças e outros males que atingiam as mulheres. Através de aulas sobre a maternidade, amamentação, culinária e outros temas, as mulheres integralistas devem definir as responsabilidades da mulher casada e mãe, favorecendo os regulamentos do Estado sobre estas: ‘No serviço pré-natal, compreende não só a futura mãe como a criança prestes a nascer, pois pelo cuidado dispensado à mulher durante toda a gestação, desde o início, é que se obtém frutos fortes. Portanto, esse serviço tem também a sua parte educativa. Outro serviço em que se faz também a educação do povo é o da higiene infantil. Neste serviço além das consultas, devem as mães aprender a criar filhos sadios, o modo de alimentar-os e o de evitar diversos males da primeira infância’.*²⁵ (O grifo é nosso)

Cabe lembrar o importante papel da atuação destas mulheres integralistas na formação cultural da sociedade da época, através dessas atividades pelas quais elas procuravam elevar a moral das mulheres pobres dignificando-lhes a alma com o amor a Deus, à família e à pátria; principalmente, levando-as a se sentirem importantes formadoras da estrutura familiar e social, no seu papel de mãe e esposa. Dentro da AIB/PE, estas mulheres recebiam constantes elogios pelas suas atividades cívicas, especialmente em relação às suas atividades no campo político e social, promovidas pelas “bandeirantes”. Suas atividades eram diariamente citadas tanto pelos canais de propaganda do movimento como pelos jornais da época. A idéia de cidadã politicamente atuante era bastante disseminada pelo movimento entre as mulheres. Um panfleto

de propaganda integralista, no ano de 1934, traz em seu cabeçalho: “*A mulher pernambucana, ingressando no integralismo, vem demonstrar que não podia ficar alheia a esse movimento, como não o ficou a todos os grandes movimentos da nossa história*”.²⁶

Até 1934, os documentos indicam, então, que as mulheres eram chamadas a atuar em atividades promotoras da proteção à família e ao lar. Entretanto, não se pode deixar de perceber que nessa batalha pela promoção da família e do lar, vinha junto a formação político-ideológica. A maioria dos panfletos de propaganda em torno das mulheres da sociedade tinham por finalidade chamar as mulheres à responsabilidade como mãe e esposa, entretanto, não se perdia a chance de alertar contra o mal comunista que pairava sobre a família brasileira:

*A Mulher Brasileira, cujos sentimentos religiosos e pureza inconspicível são um padrão de orgulho da nossa nacionalidade, nunca se sujeitará à essa miséria da mulher na Rússia! Patrícias! A segurança de vosso futuro e do de vossos filhos e irmãos, sobre o qual pesa a ameaça do COMUNISMO, está só e só na vitória dos “CAMISAS-VERDES”, a quem deveis prestigiar com a vossa colaboração e o vosso apoio, inscrevendo-vos nos DEPARTAMENTOS FEMININOS da “AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA”, por DEUS, pela PATRIA e pela FAMÍLIA!*²⁷

Depois de 1936, ocorrem algumas mudanças nas atividades das mulheres. Elas passam a ter um importante papel político, mais atuante na preparação de mulheres analfabetas para participar das eleições na sucessão presidencial, na qual Plínio Salgado concorreu a Presidente. Dentro dos núcleos integralistas de Pernambuco, as mulheres passaram, então, a desenvolver obrigações diárias para educar não apenas as mulheres, mas todos os indivíduos analfabetos das redondezas, com o objetivo de prepará-los para o voto e para apoiar a candidatura de Plínio Salgado.

Segundo os discursos do movimento, a família saudável e bem estruturada era a força principal do estado e da nação. E sobre a mulher pesava a responsabilidade de preservação dessa estrutura, especialmente

em relação à sua educação, sua conduta e a dos filhos. Enquanto que ao homem cabia a responsabilidade máxima de sustentar e prover todas as necessidades dos membros da família, definidas pela sua atuação no mundo do trabalho. A mulher integralista, no entanto, devia ir ao espaço público para proteger o lugar da mulher dentro de casa, indo à rua quando fosse necessário zelar pelo seu papel cívico. Entre os depoimentos orais, destacamos mais um trecho das falas coletadas entre indivíduos que foram integralistas nos anos 30, que é representativo do lugar permitido para as mulheres na perspectiva integralista: “*Plínio Salgado não queria a mulher trabalhando fora porque ela prejudicava até um bom casamento, né? Plínio dizia que a mulher que trabalha fora fica perigosa porque ela quer medir força com o homem e também porque rouba uma vaga de um pai de família...*”²⁸

Pelas narrativas femininas, esse lugar determinado para elas era aceito com tranqüilidade. O casamento e filhos era uma meta para tais mulheres. Obedecer a seus maridos se constituía num dever natural, que elas cumpriam com muita honra. Para algumas mulheres que foram integralistas, a situação da mulher hoje mudou para pior. Segundo D. Lenira, já citada, os problemas que o casamento enfrenta hoje são culpa da nova postura da mulher em suas relações com o homem e com o mundo do trabalho, que teriam reproduzido novos valores; totalmente diferente de ontem, quando a mulher se preocupava mais com o casamento. Ainda em suas narrativas, ela considera que essa situação não apenas mudou a relação do homem com a mulher, mas prejudicou, principalmente, a relação dos pais com os filhos, como se pode ler abaixo num trecho retirado de sua fala:

Hoje, nem marido respeita mulher, nem mulher respeita marido, nem filhos respeitam os pais. No meu tempo nada disso acontecia. Eu fui educada dentro do respeito por papai, que dava uma ordem e todos cumpriam. Lembro de um fato, em que meu irmão já tinha 18 anos e se enamorou de uma moça. Ele ficou muito apaixonado e louco por essa moça. Bastou papai dizer: meu filho essa moça não serve para você e isso não me agrada. Pronto. Papai não precisou falar duas vezes. Nunca mais se ouviu falar

*no nome dessa moça dentro de casa. Meu irmão amava muito a moça, mas o respeito por papai era maior. Hoje, os pais pedem, pedem e os filhos não escutam, fazem o que querem, sem o menor respeito.*²⁹

Durante o processo de rememoração do passado, ficou evidente que os fatos narrados pela entrevistada não diferiam dos fatos entre o tempo dos seus pais e o seu próprio. O Sr. Saraiva, também já citado, da mesma forma avalia os problemas hoje em torno do casamento, da mulher e dos filhos, como uma consequência da quebra dos valores morais de sua época dos anos 30. Segundo ele:

*Naquela época o indivíduo tinha caráter, não era a sociedade depravada que há hoje, onde um jovem casa três meses depois larga. Naquela época o indivíduo casava e comparecia na Igreja e a noiva de véu e capela, não comparecia em estado desinteressante, se mantinha virgem até o casamento. A moral e a vergonha parou de 30 para 40. A mulher naquela época que tinha vergonha não mostrava nem o pano (um pedaço do lençol de núpcias, com o qual limpava a prova de sua virgindade). O homem pobre tinha vergonha, moral e dignidade, a palavra valia tudo (...). O que existe hoje é uma vergonha; é corrupção pelas novelas. Onde já se viu uma moça de 13 /14 anos se entregando porque acha aquilo comum. Vão na onda dos rapazes que dizem que hoje não existe mais virgindade, depois que fica grávida, ele abandona. Ai elas vão ver. Hoje, temos milhares assim, os pais não aceitam e aí é que elas vão saber. E a televisão acha que é isso mesmo, hoje não tem mais defesa da família. Ah! Na nossa época não tinha isso não, a gente preservava a família. E a coisa que o Integralismo mais defendia era a moral da família e da Pátria.*³⁰

Só a partir de uma compreensão desses valores fundadores da política cultural da década de 30, é possível uma interpretação mais próxima das condições de produção de sentido dos discursos integralistas

no seio da família tradicional e do lugar de destaque que as mulheres passaram a ter em suas fileiras e na atuação junto a outras mulheres. As integralistas não se percebiam como mulheres “*na e da rua*”, mas, mulheres “*no espaço público em defesa da mulher fora da rua*”; para resgatar aquelas fora do lar e da família. No entanto, sendo da classe média e das classes tradicionais e ricas, tais mulheres tinham uma condição diferente das pobres operárias, que eram obrigadas a estar “*fora do seu lugar*”, conforme dissemos até aqui.

Notas:

¹Chama-se aqui política cultural às práticas desenvolvidas pelas mulheres integralistas na ação de orientação e educação no cotidiano de outras mulheres, utilizando-se para isso o campo assistencialista, da saúde e educação, com fins político-doutrinários e eleitorais em favor da Ação Integralista Brasileira. Pensa-se neste aspecto o fazer político relacionado à cultura. Cultura – como conceito amplo – que engloba representações, idéias, mentalidades, maneiras de ser e sentir. Para nós, é de uma perspectiva cultural que a história política encontra, principalmente no cotidiano das práticas assistencialistas e educativas, seu lugar de atuar e atingir suas metas político-ideológicas e partidárias. Essa noção de Política Cultural pode-se encontrar, entre outros lugares, na perspectiva de Jacques Lê Goff e René Remond comentadas com maestria no texto de FERREIRA, Marieta de Moraes. “A Nova ‘Velha História’: o retorno do político”. Política, editado pela *Revista Estudos Históricos*. vol. 5, n. 10, 1992. p.265-271.

²ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p.28.

³MESQUITA, Bernadete. “Oradora do comício integralista em Olinda”. In: *AÇÃO*. (Quinzenário de Propaganda Integralista). APEJE. Recife, 30 de setembro de 1934.

⁴RAGO, Margareth. “Trabalho Feminino e Sexualidade”. In, PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 585.

⁵“O Trabalho da mulher casada”. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, (4) set. 1934.

⁶SCHWARTZMAN, Simon. “A Igreja e o Estado Novo: O Estatuto da Família”. In: *Caderno de Pesquisa*. (37): 71-77, maio, 1981, como resultado de um

trabalho apresentado na Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, RJ, 1980

⁷PRIORE, Mary Del. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; DF: Edunb, 1993.

⁸MICHELET, Jules. *A Mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1995 p. 03.

⁹Op.Cit.

¹⁰FONSECA, Cláudia. "Ser mulher, mãe e pobre". In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História das Mulheres no Brasil*, p.516/517.

¹¹"Mulheres Operárias". *Diário do Nordeste*. Recife, 26/10/1937 p. 5

¹²BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo*. Rio de Janeiro, 1937, p. 128

¹³Idem.

¹⁴Idem. p.152.

¹⁵"Dispensários e Bandeirantes". *Prontuário Funcional*, 1936. DOPS/PE/APEJE.

¹⁶FERREIRA, Carlos Ferreira. *Trabalhadores, Sindicatos, Cidadania: Nordeste em tempos de Vargas*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997 p. 114/115.

¹⁷SALES, Lenira. Entrevista gravada. Recife, 30 de janeiro de 2001.

¹⁸Idem.

¹⁹FREIRE, Alípio; BUCCI, Eugênio. ENTREVISTA, Lelia Abramo: "A arte, a coragem, a beleza, a revolução". In: *Revista Teoria e Debate*. n. 5, jan/fev/mar, 1989.

²⁰"Regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e da Juventude". *Regimentos do Departamento Nacional Feminino*. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1936. DOPS/PE/APEJE.

²¹Idem.

²²Entrevista concedida por Dona Zita. Participante do Integralismo nos anos 30. Recife, maio de 2000.

²³Sobre as imagens da participação e atividades das mulheres integralistas no Estado de Pernambuco, vide Prontuário Funcional "Fotografias Integralistas" no DOPS/APEJE.

²⁴"Os últimos comícios integralistas em Recife: O Comício da Torre" In: *AÇÃO*. Recife, 30 de setembro de 1934.

²⁵Divisão de Ação Social. Dispensários e Bandeirantes. 1936 – DOPS/PE/APEJE.

²⁶Idem.

²⁷“Secretaria de Propaganda da AIB da Província de Pernambuco”. Pasta “Documentos Integralistas”. DOPS/APEJE.

²⁸SARAIVA, J. Entrevista com ex-integralista e ex-secretaria particular de Plínio Salgado. Cabo, 24 de outubro de 1994

²⁹Idem.

³⁰SARAIVA, J. Entrevista citada.